



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL.



227

**Agravo de Instrumento nº 193572-2** – Comarca de Goiana

**Agravante:** Município de Goiana

**Agravada:** Rizalva Rodrigues Bandeira de Souza

5524

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIANA. A SUPRESSÃO DO BENEFÍCIO NO ÂMBITO ESTADUAL NÃO PODE PRODUZIR EFEITOS DE FORMA AUTOMÁTICA NA ESFERA MUNICIPAL. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO PACTO FEDERATIVO. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 2º-B DA LEI Nº 9.494/97. RECURSO IMPROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS. 1. A municipalidade agravante, no exercício de sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, CF), dentre os quais inclui-se a organização do serviço público e do regime jurídico dos servidores, editou a Lei Municipal nº 1.574/99, adotando expressamente, em seu art. 1º, os dispositivos da Lei Estadual nº 6.123/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco), no que diz respeito ao Plano de Classificação de Cargos e Salários. 2. Por sua vez, a Lei Estadual nº 6.123/68, em seu art. 166, assegurava aos servidores efetivos a gratificação adicional por tempo de serviço. 3. Ocorre que, com o advento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, restou suprimido o Adicional por Tempo de Serviço previsto no art. 166 da Lei Estadual nº 6.123/68, o que levou o Município agravante a, automaticamente, também suprimir tal direito dos seus servidores. 4. É certo que a abolição do benefício no âmbito municipal não poderia ter se processado de forma automática, isto é, sem a produção de lei municipal própria para este fim, uma vez que, como cediço, os municípios são entes federativos dotados de uma autonomia própria que se consubstancia nas capacidades de auto-organização, autogoverno, auto-administração e auto-legislação. 5.



Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**OITAVA CÂMARA CÍVEL**



228

Desta feita, a aplicação automática das modificações operadas na Lei Estadual nº 6.123/68 aos servidores do Município ora agravante implica em flagrante violação aos princípios de pacto federativo e da simetria. 6. Por maioria de votos, negou-se provimento ao Agravo de Instrumento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de instrumento nº 193572-2, em sessão realizada no dia 17 de dezembro de 2009, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por maioria de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 28 de janeiro de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães -- Relator**



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

229

**Agravo de Instrumento nº 193572-2 – Comarca de Goiana**

**Agravante:** Município de Goiana

**Agravada:** Rizalva Rodrigues Bandeira de Souza

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo de Instrumento pugnando pela suspensividade da decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Ordinária nº 218.2009.000979-0, a qual, concedendo a antecipação de tutela pleiteada, determinou que o município agravante procedesse à imediata implantação dos adicionais por tempo de serviço (quinqüênios) nos vencimentos da agravada.

Em suas razões, de fls. 02/15, alega o agravante que as parcelas referentes ao adicional por tempo de serviço (quinqüênios) foram suprimidas dos vencimentos dos seus servidores em decorrência do advento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, que revogou o art. 166 da Lei Estadual nº 6.123/68, norma expressamente adotada pela Lei Municipal nº 1.574/99 quanto ao Plano de Classificação de Cargos e Salários.

Assevera ainda que, a teor do disposto no art. 2º-B, da Lei nº 9.494/97, não se faz possível o deferimento de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública com o objetivo de outorgar reclassificação, equiparação de servidores públicos e aumento ou extensão de vantagens.

Devidamente intimada, a parte agravada ofereceu suas contrarrazões, às fls. 36/38, pugnando pelo improvimento do recurso.

A Douta Procuradoria de Justiça ofertou cota às fls. 42, informando não vislumbrar interesse público que ensejasse sua intervenção no feito.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 04 de dezembro de 2009

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



54

230

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guinardes  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo de Instrumento nº 193572-2 – Comarca de Goiana**

**Agravante:** Município de Goiana

**Agravada:** Rizalva Rodrigues Bandeira de Souza

**VOTO**

Em apertada síntese acerca do feito em análise, destaco que a municipalidade agravante, no exercício de sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, CF), dentre os quais inclui-se a organização do serviço público e do regime jurídico dos servidores, editou a Lei Municipal nº 1.574/99, adotando expressamente, em seu art. 1º, os dispositivos da Lei Estadual nº 6.123/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco) no que diz respeito ao Plano de Classificação de Cargos e Salários.

Eis o teor do referido art. 1º da Lei Municipal nº 1.574/99:

Art. 1º - A Prefeitura Municipal de Goiana adota nos termos da presente lei, o Plano de Classificação de Cargos e Salários que normatizará as relações entre o Poder Público e os seus servidores, que estatutários, definidos em Lei Estadual nº 6.123, de 20 de julho de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco), vigente neste município, quer os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (celetistas).

Por sua vez, a Lei Estadual nº 6.123/68, em seu art. 166, assegurava aos servidores efetivos a gratificação adicional por tempo de serviço nos seguintes termos:

Art. 166. A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada sobre o vencimento do cargo efetivo e para todos os efeitos a ele incorporada, correspondente a cinco por cento, por quinquênio, do efetivo exercício prestado à União, aos Estados, aos Municípios de Pernambuco e às respectivas autarquias.

Parágrafo único. A gratificação adicional por tempo de serviço é concedida automaticamente, a partir do dia imediato àquele em que o funcionário completar o quinquênio.

Ocorre que, com o advento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, restou suprimido o Adicional por Tempo de Serviço previsto no art. 166 da Lei Estadual nº 6.123/68, o que levou o Município agravante a, automaticamente, também suprimir tal



#118  
55

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

231

direito dos seus servidores, sendo este o ponto central da controvérsia.

No caso, impende ressaltar, inicialmente, que a agravada não está a pleitear a reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens, mas tão somente a reposição de valores que estariam sendo pagos a menor em seus proventos, o que não malferir o preceituado no art. 2º-B, da Lei nº 9.494/97.

Neste particular, vale mencionar que, segundo entendimento pacífico dos Tribunais Superiores, a vedação contida no sobredito dispositivo legal deve ser interpretada restritivamente, não cabendo sua aplicação nas causas que possuam caráter alimentar, sendo esta, inclusive, a inteligência da Súmula nº 729 do Excelso Pretório, que se aplica inteiramente ao caso.

No mais, quanto à supressão por parte da edilidade agravante do adicional por tempo de serviço dos vencimentos dos seus servidores, entendo que a abolição do benefício no âmbito municipal não poderia ter se processado de forma automática, isto é, sem a produção de lei municipal própria para este fim, uma vez que, como cediço, os municípios são entes federativos dotados de uma autonomia própria que se consubstancia nas capacidades de auto-organização, autogoverno, auto-administração e auto-legislação.

Desta feita, a aplicação automática das modificações operadas na Lei Estadual nº 6.123/68 aos servidores do Município ora agravante implica em flagrante violação aos princípios de pacto federativo e da simetria.

Ressalte-se, por fim, que não há qualquer óbice para que o Município siga a mesma linha do Estado, extinguindo o adicional por tempo de serviço, desde que o faça mediante edição de lei própria neste sentido.

Feitas essas considerações, voto pelo improvimento do presente recurso de Agravo de instrumento, com a manutenção da decisão guerreada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 12 de 12 de 2009

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**

04 - AI 193572-2

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

56

232

**DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**

Peço vênia para dar provimento ao Agravo de Instrumento, por entender que na hipótese em tela incide a vedação de que trata a Lei nº 94.

**DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE)**

Eu também nego provimento, acompanhando o voto do Relator, pedindo vênia a Vossa Excelência.

**DECISÃO:**

**"POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO."**

*Marcelo*